

CONSELHO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO

Comissão de Avaliação Externa
Área D - Educação
Sub-CEA - D5

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

**DO CURSO DE ENSINO BÁSICO 1º CICLO
DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SETÚBAL**

Esperança do Rosário Ribeiro
Helena Serra Fernandes
Laura Nunes Henriques
(Relator)

Julho de 2003

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE "ENSINO BÁSICO – 1º CICLO"
DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE SETÚBAL - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

1. Constituição da Comissão

A Comissão Externa de Avaliação (CEA), Área D - Educação, é presidida pelo Professor Doutor José Ribeiro Dias e é assessorada pelo Professor Doutor Octavi Fullat (Univ. Aut. de Barcelona).

Esta Comissão está dividida em seis Sub-CEA.

A Sub-CEA D5 (responsável por este relatório) tem a seguinte composição:

Vice-Presidente: Esperança do Rosário Ribeiro

Vogal: Helena Serra Fernandes

Vogal: Laura Nunes Henriques

À Sub-CEA D5 compete a avaliação dos três seguintes cursos: Ensino Básico - 1º Ciclo, da Escola Superior de Educação de Setúbal, Ensino Básico - 1º Ciclo, da Escola Superior de Educação de Lisboa, Ensino Básico - 1º Ciclo, da Escola Superior de Educação de Santarém. Esta Sub-CEA foi secretariada à exceção da Escola Superior de Educação de Lisboa, pela Mestre Dulce de Barros.

O presente relatório diz respeito à avaliação do curso de Ensino Básico - 1º Ciclo da Escola Superior de Educação de Setúbal (ESES), sendo o seu relator Laura Nunes Henriques.

2. Objectivos da Avaliação

Nos termos consagrados na lei 38/94 de 21 de Novembro, que estabelece as bases do sistema de avaliação e acompanhamento das instituições do ensino superior, no seu artigo 4º, definem-se as seguintes finalidades do referido sistema: *estimular a melhoria da qualidade das actividades desenvolvidas; informar e esclarecer a comunidade em geral sobre o desempenho institucional; assegurar um conhecimento mais rigoroso e um diálogo mais transparente entre instituições do ensino superior e favorecer o ordenamento da respectiva rede*. Nos termos do artigo 5º n.º2 da mesma Lei, com a redacção que lhe é dada pela Lei n.º1/2003, de 6 de Janeiro, poderão ainda os resultados da avaliação determinar a aplicação de medidas relativas às instituições (financiamento público e encerramento), aos cursos (registo) e ao reconhecimento de graus. O processo de avaliação das instituições ou dos cursos conclui-se, de acordo com o nº 3, do mesmo artigo 5º, com a atribuição de uma classificação de mérito.

Este processo, que visa a promoção de uma cultura de qualidade, o conhecimento, diálogo e cooperação institucional, e constitui uma base para tomadas de decisão (racionalização e desenvolvimento sustentado do sistema) desenvolve-se, no caso nas

Instituições de Ensino Superior, ao nível dos Institutos Politécnicos (com a sua especificidade estatutária) e incide concretamente sobre um curso tendo em conta o contexto da ESE em que é ministrado.

3. Metodologia de Trabalho

A metodologia seguida por esta Subcomissão tomou as orientações acordadas na reunião preparatória da Comissão de Educação efectuada em Aveiro, em 10 de Abril de 2003 (em que nomeadamente foram prestadas informações sobre procedimentos a seguir pelas Subcomissões de avaliação), as directrizes contidas na proposta do "Guião de Procedimentos para Avaliação de Cursos - 2002", para as Comissões Externas de Avaliação do Ensino Superior Politécnico - ADISPOR/APESP, bem como sugestões provenientes do Presidente da Comissão da área de Educação.

Numa primeira fase, procedeu-se à análise do "Relatório de Auto-Avaliação do Curso do Ensino Básico – 1º Ciclo, da Escola Superior de Educação de Setúbal, relativo ao ano 2001/2002", elaborado pela ESES.

Numa segunda fase, e no desempenho que lhe foi superiormente cometido, a SubComissão D5 da CEA da área da Educação visitou a Escola Superior de Educação de Setúbal nos dias 12 e 13 de Maio. No âmbito da qual a SubComissão procedeu à recolha de informação, através não só a) das reuniões efectuadas (junto dos diferentes agentes da ESES - órgãos de direcção; autores do relatório de auto-avaliação; docentes; pessoal não docente; dirigentes estudantis; alunos em geral, e um representante de instituição local -), de acordo com o plano de trabalhos distribuído para o efeito, como b) a partir da observação directa das condições materiais e humanas, das instalações e dos equipamentos.

Nas reuniões havidas com os diversos intervenientes (directa ou indirectamente) no curso, pretendeu-se confirmar os dados presentes no Relatório de Auto-Avaliação, esclarecer alguns aspectos em dúvida, recolher novas informações sobre o funcionamento da Escola e do curso, bem como dar conta das mudanças entretanto ocorridas (desde a realização do referido Relatório até à visita da SubComissão).

4. Relatório de Auto-Avaliação e esclarecimentos complementares

O processo de avaliação desenvolvido até ao momento decorreu com normalidade e de acordo com o previsto.

No que concerne ao Relatório de Auto-Avaliação do Curso em análise, da responsabilidade da comissão de avaliação da ESE de Setúbal - num total de 2 volumes: 1 documento principal com 221 páginas e 1 volume de anexos com 638 páginas - trata-se de um documento que manifesta um elevado grau de empenhamento na sua elaboração. Verificaram-se, no entanto, algumas abordagens menos concretizadas relativamente à caracterização do curso dada a simultaneidade com o processo de análise crítica, que resultaram eventualmente

da opção metodológica utilizada, mas que pontualmente foram esclarecidas, não só verbalmente, mas também através da disponibilidade da equipa de Auto-Avaliação em fazer chegar a esta SubComissão alguns dados no sentido de esclarecer os aspectos considerados.

Em termos de conteúdo, é fecundo em informações e apresenta um tratamento adequado que no entanto resultaria com outro rigor a existirem alguns cuidados na formalização, a título de exemplo, os anexos (2º volume) não surgem referenciados no Relatório de Auto-Avaliação.

No decurso da visita da SubComissão, foram-nos ainda fornecidos outros elementos informativos, que acrescentados aos dados de que dispúnhamos nos permitiram perceber melhor a realidade e as especificidades do curso e da respectiva Escola.

5. Avaliação efectuada

5.1. Objectivos do curso no contexto da consciencialização da missão e função institucionais

5.1.1. Breve historial, missão e objectivos institucionais

A Escola Superior de Educação integra-se como uma unidade orgânica no Instituto Politécnico de Setúbal, e teve a sua origem legal à semelhança de outras Instituições congéneres no País, através do Decreto-Lei nº 513-T/79 de 26 de Dezembro.

O início do seu funcionamento dá-se a 12 de Junho de 1985. Ainda, e por Despacho do Sr. Ministro da Educação e Cultura, de 31 de Julho de 1987 é nomeado o primeiro Presidente da comissão Instaladora da referida ESES. Sendo em 1995 homologados os seus Estatutos pelo Presidente do IPS - deixando ao mesmo tempo o regime de Instalação, sendo em Março de 1996 formalmente eleito o seu primeiro Conselho Directivo (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 40).

O seu primeiro Conselho Directivo eleito a 27 de Abril de 1997.

As suas instalações - situadas no Campus do IPS desde 1992 - foram concebidas pelo arquitecto Álvaro Siza Vieira, em 1986, que pela primeira vez projectou um edifício escolar - A Escola Superior de Educação de Setúbal - no qual "respeitou a envolvência natural e a diversidade de relações sociais motivadas por uma escola" (Relatório, pág. 196). O edifício ganhou o Prémio Nacional de Arquitectura. As suas "qualidades são também um pólo de atracção da ESES, que é visitada frequentemente por grupos de arquitectos e estudantes de arquitectura nacionais e estrangeiros (Relatório de Auto- Avaliação, pág. 196).

Para divulgação deste edifício e pelo orgulho que dele sentem todos os elementos da Escola, foram mandados elaborar roteiros de visita, folhetos de arquitectura e uma página na Internet.

Há que fazer referência aos alunos (cerca de 1200) (elementos mais jovens mas, que pela sua maturidade e espírito de cidadania), também eles, fazem jus a este edifício, ele próprio historial implícito da sua Escola.

A Subcomissão teve oportunidade de verificar "in loco", (no decorrer da visita às instalações) o que atrás foi referido, pela preservação absoluta, e excepcionalmente impecável, do edifício da ESES.

No referente à *missão e objectivos da ESES*, esta afirma-se como um Estabelecimento de "formação de nível superior vocacionado para o Ensino, a investigação da prestação de serviços à comunidade e para colaboração, com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, em actividades diferenciadas de interesse comum" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 40).

Assim, de acordo com os seus Estatutos, artigo 2º, e para prosseguimento dos seus fins, a ESES ampliou o seu campo de intervenção, nomeadamente:

- a) A formação humana, cultural, científica e técnica de todos os seus membros;
- b) A formação de agentes educativos e outros profissionais com elevado nível de preparação nos aspectos cultural, científico, técnico e profissional;
- c) A realização de actividades de pesquisa e investigação;
- d) A prestação de serviços à comunidade nas áreas específicas da sua intervenção;
- e) O desenvolvimento de projectos de formação e reconversão de agentes educativos e outros profissionais;
- f) O intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, que visem objectivos semelhantes;
- g) A participação em projectos de cooperação nacional e internacional;
- h) O desenvolvimento e a integração educativa da população da região de Setúbal;
- i) A cooperação internacional e a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua oficial portuguesa e para os países europeus" (Relatório, pág. 41).

Para prossecução dos seus objectivos a ESE "pode constituir ou participar noutras pessoas colectivas, de direito público ou privado, de natureza institucional ou associativa, sem carácter lucrativo, nos termos da legislação em vigor, dos Estatutos do IPJ e dos seus próprios Estatutos" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 41).

Assim, do ponto de vista das finalidades assume:

- a formação inicial de Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico;
- a formação contínua de Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e secundário;
- a profissionalização e outras formas de Formação Complementar de formação profissional de professores;
- a formação de outros agentes educativos;
- a investigação educacional;
- a animação cultural da região;
- o desenvolvimento de um centro de documentação, apoio e intercâmbio de actividades educativas" (Relatório, pág. 41).

No entanto, possuindo ainda como referência o Relatório de Auto-Avaliação (pág. 47) constata-se que existe "uma ampla convicção de que a ESE, enquanto escola do Ensino Superior Politécnico, não ocupa um papel de subalternidade face à Universidade, afirmando-se pela sua especificidade no domínio da Educação e sobretudo na área da formação de professores".

Salienta-se ainda que os autores do referido (pág.s 47,48) reconhecem algumas lacunas nomeadamente "o facto de não se Ter sabido projectar a imagem da ESSE para o exterior" não lhe tendo por isso dado visibilidade, e também o menor desenvolvimento da vertente investigativa orientada para o meio envolvente (independentemente da relação de proximidade mantida). Assim, existe por parte da ESE a "consciencialização de uma necessidade de "mudança" concretamente no que diz respeito a "um reforço de investigação", bem como "a conciliação das tarefas investigativas" e o "desenvolvimento e integração educativa da população da região de Setúbal".

A SubComissão constatou através das reuniões efectuadas (no decorrer das visitas) um grande sentido de identidade institucional reflectido por todos os elementos (professores, alunos funcionários, órgãos de gestão) na coesão em torno da valorização da sua Escola. Esta evidenciou-se também particularmente na "Hora Aberta " (muito participada por ex-alunos, professores cooperantes e colaboradores em acções de formação da ESSE) onde foram proferidas afirmações como: "um professor diplomado ou professor que saia da ESE de Setúbal é sempre muito respeitado, e segue sempre o que aprendeu na Instituição, até porque para além da escola lhe ter dado as "ferramentas" essenciais para conseguir o que pretende - ser bom profissional e transmitir no mundo do trabalho o valor da escola que frequentou" ou, "nesta casa" existe uma relação muito forte (um grande carinho) entre professores, alunos e funcionários. E se algum aluno precisar de ajuda depois de ter tirado o curso pode voltar e "todos o ajudarão". Referiram ainda que "até 2002 houve sempre apoio para o emprego" por parte da ESES e informaram que iria ter lugar na Instituição uma reunião de ex-alunos para festejarem os 18 anos da escola e ao mesmo tempo darem os seus testemunhos acerca da Instituição "que soube transformá-los pessoal e profissionalmente". A reunião contará com a presença do Sr. Presidente da República e do arquitecto Sisa Vieira.

No diálogo estabelecido, no decorrer da reunião, alguns ex-alunos manifestaram o desejo de promover uma associação que os representasse até porque reconhecem que a "instituição tem fomentado e facilitado trocas" informais entre os mesmos. "

De acordo com os Estatutos, Despacho 29/95, publicado no Diário da República II Série de 05/01/96, a *estrutura orgânica* interna da ESES integra as seguintes componentes:

- Órgãos de gestão
- Unidades de carácter científico e/ou científico-pedagógico
- Serviços técnicos e administrativos.

No que respeita aos órgãos de gestão, são os seguintes:

- Assembleia de Representantes
- O Conselho Directivo

- O Conselho Científico
- O Conselho Pedagógico
- O Conselho Consultivo
- O Conselho Administrativo.

De acordo com a Presidente do conselho Directivo (reunião inicial da visita) e por deliberação deste órgão (que tomou posse em 9/7/2002) há que dar ao Conselho Consultivo uma atitude mais actuante, procurando, não só, que os seus "consultores efectivamente o sejam, mas dar ao processo de mudança um cunho de modernidade, adequado aos contextos que o mundo da educação atravessa". A referida deliberação, foi já enviada a Conselho Científico e aguarda resposta do Conselho Pedagógico.

Em relação às estruturas orgânicas de carácter científico e/ou científico-pedagógico, estas são constituídas por:

- Departamentos
- Unidades de Formação
- Centro de Recursos Educativos
- Centros.

Ainda, segundo o relatório de Auto-Avaliação, existem na ESES nove Departamentos: Ciências da Educação; Línguas; Ciência, Multiculturalidade e Desenvolvimento; Matemática; Artes Plásticas; Desporto; Música; Tecnologias de Informação e da Comunicação.

No respeitante às "Unidades de Formação são estruturas interdepartamentais de coordenação e orientação educativa" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 51).

Quanto ao Centro de Recursos Educativos "é uma Unidade Interdepartamental e permanente de âmbito transdisciplinar " (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 51). Esta estrutura integra para além dos professores da ESE, pessoal técnico nos seus domínios específicos. A gestão deste centro é atribuída a uma equipa constituída por um coordenador, que é um professor com trabalho nesta área. É designado pelo Conselho Directivo após parecer favorável do Conselho Científico. Os restantes membros da equipa, são tantos como cada sector existente.

Os centros são respectivamente:

- CIOE - Centro para a Igualdade de Oportunidades Educativas
- CEDE - Centro de Estudos de Desenvolvimento Educativo. Encontram-se em fase de "reestruturação de forma a adequá-los às novas condições em que se prestam os serviços à comunidade assim como de consultadoria" (Relatório de Auto-Avaliação, págs. 51 e 52).

Os centros têm as mesmas características do Centro de Recursos Educativos, sendo a "sua acção situada no campo da investigação, formação, educação e ensino, produção e divulgação de materiais e ainda assessoria científico-técnica. A sua constituição está sujeita à aprovação pelo Conselho Científico e homologação do Conselho Directivo" (Relatório de Auto-Avaliação, págs. 51, 52).

A articulação, identificada pela Sub-Comissão, no decorrer da visita, entre os vários órgãos institucionais reflecte um ambiente de coesão que surge naturalmente como um elemento facilitador de qualidade.

Nos Serviços Técnicos e Administrativos estão integrados:

- A Secretaria, que compreende as secções seguintes:

- Pessoal
- Tesouraria
- Serviços Académicos
- Expediente
- Arquivo
- Economato

- A Contabilidade

- O Apoio aos Órgãos Pedagógicos.

Há ainda a acrescentar de acordo com o Relatório de Auto-Avaliação, a criação de um Centro integrando diferentes componentes e temáticas de investigação científica.

Através da leitura do Relatório em questão, a SubComissão foi levada a constatar, para além do Curso de Ensino Básico - 1º Ciclo, a existência de vários outros cursos leccionados em anos transactos na ESES, designadamente ao nível do bacharelato. No entanto no que respeita ao ano lectivo de 2001/2002 encontravam-se em funcionamento, para além do curso atrás designado os seguintes cursos, e/ou variantes:

- Professores do Ensino Básico, variante de Educação Visual e Tecnológica
- Professores do Ensino Básico, variante de Matemática e Ciências da Natureza
- Professores de Educação Musical do Ensino Básico
- Desporto de Recreação
- Educadores de Infância
- Curso de Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa
- Comunicação Social
- Cursos de Complemento de Formação Científica e Pedagógica
- Curso de Qualificação para o Exercício de Outras Funções Educativas
- Cursos de Formação (em 4 áreas)
- Oficinas de Formação (2 áreas)
- Círculos de Estudo (2 áreas)
- Profissionalização em Serviço
- Pós graduação (Mestrado em Educação de Infância).

A ESES atendendo ao número de cursos e/ou variantes que possui, tem evoluído quantitativamente no respeitante ao seu corpo discente, usufruindo de um crescimento significativo, nos últimos dois anos, tendo no momento actual aproximadamente 1200 alunos.

Continuando a referenciar o curso de Ensino Básico - 1º ciclo destacam-se nas "Linhas Orientadoras da Escola Superior de Educação de Setúbal, 1987", os seguintes princípios:

" - valorizar o aluno como pessoa;

- promover o desenvolvimento global do aluno;
- promover aprendizagens específicas;
- diagnosticar dificuldades e individualizar o ensino;
- criar um ambiente propício ao desenvolvimento e às aprendizagens;
- conhecer a escola e o seu enquadramento institucional;
- formar cidadãos;
- favorecer uma ligação adequada escola/meio" (Relatório, pág. 87).

Este curso teve como antecedentes o curso de Professores do Ensino Primário, criado através da Portaria nº 591/87, de 9 de Julho, conferindo bacharelato em Ensino Primário e passa a designar-se por curso de Professores do Ensino Básico - 1º ciclo, segundo a portaria nº 148/95 de 14 de Fevereiro. Posteriormente, através da portaria nº413 - E/98 é conferido ao curso o grau de Licenciatura.

De acordo com o Relatório de Auto-Avaliação (pág. 87), "a ESES, trabalhou desde a sua fundação, de forma ininterrupta, no âmbito da formação de professores de Ensino Básico - 1º ciclo. "Embora não tenham existido estudos prévios que fundamentassem a emergência de cursos de formação inicial de docentes no Distrito de Setúbal, a criação do curso é justificada pela coincidência de um conjunto de factores, nomeadamente o crescimento populacional verificado na região entre os anos 60 e 80, o que nos remete para a afirmação da importância do papel da Escola enquanto Instituição ao serviço do desenvolvimento regional; novas expectativas sociais sobre a escolaridade surgidas após o 25 de Abril, acolhidas pela Lei de Bases do Sistema Educativo (que tornou obrigatório o Ensino Básico de 9 anos) bem como o acolhimento pelo ensino politécnico (1973) de uma dimensão de formação superior profissionalizante, mais enraizada na comunidade".

Entretanto, a ESES mobilizou um conjunto de reflexões sobre as valências do Curso e a sua adequação à realidade, as quais se traduziram na alteração do Plano de Estudos, respectivamente em 1993 e 1995. Em 1993, a preocupação traduziu-se na introdução de um conjunto de disciplinas resultante não só da própria Lei de Bases do Sistema Educativo mas também decorrente de medidas com impacto no sistema, como a progressiva integração de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular. Em 1995, a mudança traduziu-se fundamentalmente na redução do número de unidades curriculares, anulando-as ou aglutinando-as parcialmente.

No final do ano lectivo de 1996, inicia-se um processo de reformulação do curso, que surge na sequência de um projecto mais vasto de análise e reestruturação da formação inicial que tinha vindo a ter lugar na ESES. Esse projecto estava associado à consciencialização da importância da avaliação e à existência de expectativas de que seria possível considerar a licenciatura como formação de base necessária a qualquer professor, efectuando-se uma avaliação interna do curso conforme consta do Relatório de Auto-Avaliação.

No que diz respeito à adequação do curso relativamente aos objectivos definidos ela apresenta-se globalmente positiva. No Relatório de Auto-Avaliação (pág. 102) e na reunião com os órgãos de gestão foi assinalado o carácter inovador e a existência de um tronco

comum no 1º ano dos cursos de Professores do Ensino Básico 1º ciclo e licenciatura de “Educação Pré-Escolar” (Relatório de Auto-Avaliação, pág.108)

Na inquirição aos docentes, no âmbito do Relatório de Auto-Avaliação, a adequação da estrutura curricular face aos objectivos do curso é vista como positiva (63% consideram-na razoável e 17% elevada).

5.1.2. Instalações, equipamentos e recursos financeiros

Não obstante as *instalações* oferecerem um ambiente estético de grande qualidade do ponto de vista da construção (conforme já referido no ponto 5.1.1.) tornam-se evidentes alguns problemas de funcionalidade que não se prendem só com o crescimento populacional da ESES ("o edifício foi concebido para cerca de 500 alunos" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 71) e é frequentado por mais de 1000), mas também decorrem de características de natureza arquitectónica nomeadamente: acessos na biblioteca (escadas); espaços de estudo e trabalho para alunos; docentes e funcionários; mobiliário menos funcional e problemas de acústica. “Também o espaço de Arquivo do SDI e do CRE está hoje totalmente esgotado” (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 73).

A "ruptura na distribuição dos espaços necessários ao desenvolvimento de todas as actividades, nomeadamente das actividades lectivas, tem sido evitada mediante o recurso às salas disponibilizadas pelas outras escolas do IPS e devido à desconcentração do funcionamento das aulas durante o dia motivado pelo crescimento dos alunos da formação complementar e especializada" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 73).

Porém, apesar da sobre-ocupação, "as qualidades estéticas e funcionais do edifício têm-se imposto e continuam a revelar-se uma relação positiva dos alunos, funcionários e docentes com o espaço da escola, gerando-se um investimento generalizado na preservação da sua qualidade o que tem contrariado as tendências para a degradação referidas anteriormente, embora com custos financeiros acrescidos" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 73).

Em termos de perspectivas de futuro, a sobre-ocupação levou a que fossem elaborados Planos de Desenvolvimento onde se tem previsto a continuação da prestação de serviços no campo da formação inicial e especializada decorrente do aumento da procura para estes níveis de Ensino.

Não existem instalações adstritas ao curso em avaliação, sendo estas partilhadas pelos vários cursos.

Pode verificar-se no anexo do Relatório de Auto-Avaliação, uma catalogação das instalações da ESES, discriminando entre áreas para ensino, áreas de apoio ao ensino, direcção/serviços, áreas para docentes e áreas de apoio.

No questionário os docentes e alunos consideraram que as salas de aula têm qualidade.

No entanto, quando a apreciação é sobre "adequação dos espaços de trabalho aos docentes" e sobre a "adequação dos espaços de trabalho para os alunos da Escola",

respectivamente professores e alunos adoptam uma posição menos positiva. Aliás os alunos respondem maioritariamente (55%) que essa adequação é "reduzida".

Em termos de *equipamentos*, o Relatório de Auto-Avaliação apresenta uma catalogação exaustiva, por tipo de equipamento, nomeadamente equipamento informático, de Telecomunicações, de material de escritório e reprografia, para investigação, de medida e de utilização técnica especial, entre outros.

Neste documento refere-se ainda a criação de "infra estruturas de equipamentos e meios informáticos que possibilitam a sua utilização na gestão quotidiana da escola facilitando o acesso e a troca de informação, facilitando tarefas, economizando recursos" (Relatório de Auto-Avaliação, pág.74).

A apreciação dos docentes e alunos relativamente ao acesso a equipamentos, meios audiovisuais, informáticos e laboratoriais é positiva.

No respeitante às novas tecnologias de Informação e Comunicação, a SubComissão considera este aspecto positivo quer do ponto de vista do equipamento, quer da sua utilização por docentes e discentes (visita às Instalações da ESES).

No respeitante aos *recursos financeiros*, verifica-se que no ano económico de 2001 o total de despesas provenientes do Orçamento de Estado foi, em termos de pagamentos efectuados, de 805.546 milhares de contos. Quanto ao total de despesas de orçamento de receitas próprias da ESES, em termos de pagamentos efectuados, foi de 56.270 milhares de contos.

Considerando as despesas por tipo de rubrica, verifica-se que as despesas com o pessoal detêm o maior peso relativo (82%), seguindo-se respectivamente as despesas em funcionamento (15%) e capital (3%). No que reporta às despesas correntes verifica-se uma importância significativa das despesas em material de informática.

5.2. Prática de investigação associada ao curso

5.2.1. Corpo docente e dinâmica de formação interna

A ESES tinha ao seu serviço, no ano lectivo de 2001/2002 105 docentes. Em termos de habilitações académicas temos 5 com o grau de doutor, 53 com o grau de mestre, 39 com o grau de licenciado, 2 com o grau de bacharel e 6 com outras habilitações. O número de docentes por categoria era de 3 Professores Coordenadores, 48 Professores Adjuntos (34 com nomeação definitiva e 14 equiparados), 13 Assistentes do 2º Triénio e 41 Assistentes do 1º Triénio. Destes docentes 92 encontram-se em dedicação exclusiva, 2 em tempo integral, e 11 em tempo parcial. (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 64). Verifica-se a existência de uma dinâmica significativa em termos da formação avançada na ESES uma vez que, no ano lectivo de 2001/2002, 23 docentes se encontravam a desenvolver Mestrado e 17 Doutoramento, perfazendo um total de 40 docentes em formação.

No que se reporta especificamente ao curso de Ensino Básico – 1º ciclo, este integra 55 elementos. Destes, 50 encontram-se em regime de dedicação exclusiva e cinco a tempo

parcial, facto que é perspectivado enquanto "indicador da disponibilidade dos docentes relativamente à instituição, e ao curso em particular" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 162). A maioria dos docentes do curso encontra-se na faixa etária correspondente aos 36-50 anos, é maioritariamente feminino (63%) e lecciona há mais de 6 anos na Escola. Em termos de habilitações académicas, 3 têm o grau de doutor, 29 o grau de mestre e 23 o grau de licenciatura. Os docentes integram-se nos 9 departamentos do curso.

Neste momento, na Instituição encontram-se 17 professores (42,5%) em programas de Doutoramento e 23 (57,5%) em Cursos de Mestrados, ou seja 35,6% do número total de docentes ao serviço da Escola encontram-se em formação.

É assim de registar uma evolução no respeitante aos graus académicos adquiridos pelos docentes do curso e uma evidente aposta na área da formação dos docentes. Reconheceu-se uma dinâmica apoiada também numa conseguida articulação entre o Instituto Politécnico de Setúbal e a sua Escola Superior de Educação.

Podemos considerar o *trabalho científico* desenvolvido pelos docentes do curso como um esforço significativo patente no número de publicações periódicas, de artigos publicados em revistas nacionais, artigos publicados em revistas estrangeiras, livros publicados, publicações *on-line*, relatórios e estudos, projectos, outros produtos de investigação realizados e comunicações proferidas.

Regista-se no plano da investigação um elevado interesse e envolvimento dos docentes.

Convém, contudo, ter presente que a ESES dispõe de uma publicação: 1 revista *on-line*.

No que respeita ao relacionamento, os docentes consideram-no entre si como positivo (93.5%). Quanto ao relacionamento entre docentes e alunos e entre docentes e funcionários também é positivo (93.5%).

5.2.2. Corpo técnico e administrativo

Na ESES não existem funcionários não docentes afectos ao curso em avaliação (nem nos restantes cursos em vigor na Escola).

A Escola tem ao seu serviço um número tendencialmente constante de funcionários não docentes, no ano lectivo de 2000/2001 o número era de 33. Distribuídos por tipo de serviço temos 8 associados ao "Centro de Recursos Educativos", 16 associados à "Secretaria" e 9 associados aos "Serviços Gerais".

No que se reporta à qualificação académica dos funcionários, 15 têm o Ensino Secundário, 8 o 1º ciclo, 4 o 3º ciclo, 3 a licenciatura, 2 o bacharelato e 1 o 2º ciclo.

Os funcionários têm participado em algumas acções de formação profissional, destacando-se o ano de 99/00, uma vez que ocorreram 13 acções de formação profissional. Nos anos subsequentes o número de acções reduziu significativamente. As acções de formação profissional específica incidiram nas "Aplicações Informáticas".

No inquérito por questionário aos docentes relativamente ao apoio concedido pelos serviços administrativos às suas funções as respostas são maioritariamente positivas (80%).

Também é bastante positiva a "apreciação do relacionamento entre docentes e funcionários" e "alunos e funcionários".

No decorrer da visita da SubComissão de Avaliação Externa estes dados foram confirmados, reforçando a existência de uma adequada formação do corpo técnico e administrativo bem como uma boa relação interpessoal entre si e os órgãos institucionais.

5.2.3. Dimensão das relações interinstitucionais e internacionais

Como podemos constatar pela descrição presente no Relatório de Auto-Avaliação e seus anexos, a ESES mantém uma diversidade de contactos com instituições nacionais e internacionais nos domínios da formação, da cooperação e da prestação de serviços.

As ligações a outras instituições no domínio específico do curso em análise ocorreram fundamentalmente no âmbito da realização dos estágios. No entanto, outras instituições poderiam ser referidas, como por exemplo as de formação onde alguns docentes do curso realizam provas académicas ou aquelas que têm a ver com os projectos de intervenção comunitária.

No respeitante ao *Conselho Consultivo* – estrutura orgânica, considerada um órgão de consulta sobre política geral da instituição, com ligações à comunidade, cuja composição, para além de elementos “internos” à Escola, integra representantes de actividades e sectores profissionais relacionados com a actividade da ESES – a Presidente do Conselho Directivo referiu que só recentemente a questão relativa ao referido órgão (já atrás citado – ponto 5.1.1. estrutura orgânica) tem vindo a ser discutida. Desejam tentar enveredar por um processo de mudança, processo esse, que passa pela motivação dos elementos do Conselho Consultivo para que “sejam efectivamente consultores”.

A existência de relações com instituições nacionais e estrangeiras, é feita através de estabelecimento de protocolos – “autarquias, escolas cooperantes, outras escolas de outros níveis de ensino, outras escolas do Instituto Politécnico, outras ESE’s e outros Institutos Politécnicos, Universidades, empresas e instituições internacionais – (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 70).

A nível nacional são ainda de destacar diversos projectos – de inovação, investigação e/ou desenvolvimento comunitário – que implicam também protocolos de cooperação com as mais diversas instituições: Projecto Aprender/Diversificar a Acção Pedagógica na Transição para a Escola; Projecto Compreender e intervir no Mundo Actual; Projecto Educação e Comunidade; Projecto Educar Segurança; Projecto Escolas Isoladas; Projecto TV – Escolas (o audio-visual e a qualidade de ensino); Projecto Várias Culturas, uma Escola; Projecto Territorialização do 1º ciclo do Ensino Básico; Projecto Ciência Viva; Projecto Estudo de diagnóstico de necessidades de formação de formadores; Projecto de Desenvolvimento do Projecto de Avaliação do Programa Integrado de inserção profissional de jovens deficientes mentais; Projecto de Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa no Ensino Básico; Projecto

Matemática para todos; Projecto Violência nas Escolas; Projecto Atitudes dos docentes de línguas do Ensino Básico em relação ao ensino de línguas estrangeiras no 1º ciclo – Ensino de Línguas Estrangeiras; Projecto, uma Visão perspectiva da relação escola, família, comunidade.

A nível Internacional e na perspectiva de mobilidade de estudantes a ESES participa no programa ERASMUS. Colabora ainda com alguns países europeus no âmbito de diversos projectos de que falaremos a seguir.

No questionário quando inquiridos relativamente às condições para participar em actividades de formação, os docentes consideraram-nas como globalmente positivas, em mais de 80%.

A ESES identifica no seu Relatório de Auto-Avaliação a sua *participação em projectos internacionais*, nomeadamente em parceria com instituições de países europeus e de países africanos (especificamente países africanos lusófonos (CPLP)).

No respeitante a parcerias com países europeus destacam-se os seguintes projectos:

- ERASMUS (intercâmbio de estudantes e instituições de Ensino Superior da União Europeia);
- Horizonte Gestual (Formação de Tradutores-Interpretes e Professores Surdos de Língua gestual Portuguesa em parceria com a Associação Portuguesa de Surdos e a Universidade de Bristol - Centre for Deaf Studies);
- LINGUA (Coordenação de um Programa Europeu de Cooperação que organizai trocas de alunos e visitas recíprocas de professores com a Universidade de Rennes II, Centro de Linguística Aplicada de Besançon e o Centro de Formação de Professores, Selme, de Atenas);
- TEMPUS (projecto comunitário desenvolvido em parceria com a University of the West of England, a Den Frie Laereskole de Svendborg da Dinamarca e a Escola de Formação de Professores de Bekescsasa da Hungria);
- Descontinuidade da Aprendizagem (projecto desenvolvido no âmbito do projecto Sócrates (CE) desenvolvido em parceria com a Universidade de Edimburgo e CINOP Holanda);
- Multi-Language Training Programme Delivered via Multimedia (projecto em parceria com o Carderdale Associates de Halifax, Ceder Merindades de Burgos e ENFAP Nazionale de Roma);

No que concerne a parcerias com países africanos destacam-se os seguintes projectos:

- Africa;
- Projecto de Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa no Ensino Básico (projecto desenvolvido na República da Guiné-Bissau que constava da elaboração de programas, formação de professores e realização de materiais pedagógicos de língua Portuguesa no Ensino Básico da República da Guiné Bissau);
- Projecto de Formação de Formadores para o Ensino Básico da República da Guiné Bissau.

Tendo como referência todos os Projectos implementados, verifica-se uma efectiva consciencialização de professores, sobre a importância da investigação em parcerias desde a sua intervenção, não só a nível local, como internacional.

5.3. Metodologia da conceptualização e realização do curso em avaliação

5.3.1. Base conceptual e estrutura curricular

O Relatório de Auto-Avaliação refere que "o delineamento de um perfil de competências constitui um dos elementos chave na elaboração do plano de estudos" (pág. 106). A organização desse plano de estudos assentou num conjunto de 6 princípios, nomeadamente:

- as competências como geradoras das unidades curriculares (UC),
- considerar a sequencialidade e a transversalidade das competências,
- definir um tronco comum, considerando as competências profissionais como geradoras das unidades curriculares comuns a diferentes cursos,
- tronco comum na área da educação,
- o direito a um percurso de formação que também é construído pelo formando,
- um papel decisivo e relevante da prática e reflexão pedagógica educacional geral" (pág. 113).

"As UC associam-se respectivamente às seguintes componentes:

- formação cultural, social e ética,
- formação nas áreas de docência e didácticas específicas,
- formação educacional geral,
- iniciação à prática profissional " (pág.109).

Todas as UC incluem uma dimensão maior ou menor de trabalho em ligação com cada uma das componentes avançadas. As 4 componentes detêm respectivamente o seguinte peso em termos de ECTS (*European Credit Transferring System*), 32.5 ECTS, 105.5 ECTS, 35 ECTS, 56.5 ECTS. As UC pretendem estabelecer uma correspondência entre o perfil profissional e o perfil formativo. Este aspecto fica patenteado na relação "entre as Competências Profissionais Gerais e as unidades curriculares do Tronco comum e entre as competências específicas dos profissionais da educação e as unidades curriculares mais ligadas à componente de formação educacional em geral" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 113). De realçar que os alunos, em resposta ao questionário, consideraram que estes aspectos são atingidos, uma vez que a "contribuição do curso para a formação pessoal" "contribuição do curso para a formação científica" "contribuição do curso para a formação profissional" é visualizada como positiva.

A licenciatura em Ensino Básico - 1º Ciclo, assenta num plano de estudos (aprovado definitivamente através da Portaria nº287/99, de 26 de Abril) de 4 anos, o qual integra disciplinas anuais e semestrais, aulas teóricas, teórico-práticas e práticas, UC obrigatórias e de opção, e um estágio de 240 horas no 4º ano. A carga horária lectiva semanal, durante os 4

anos e excluindo o estágio, ronda 22,5 horas. No que concerne a "adequação da carga horária relativa das diferentes disciplinas" ela é tida por "razoável" (67.4%) por parte dos docentes.

De salientar que as UC de Prática e Reflexão Pedagógica (PRP) II, III, e IV, como vêm referidas no Relatório de Auto-Avaliação se "inscrevem num modelo integrado de formação de professores em que cada formando, em grupo de estágio, vai assumindo progressivamente maior responsabilidade, nas escolas e nas turmas em que é integrado. A aprendizagem realiza-se num processo interactivo entre as escolas do 1º Ciclo onde os formandos estagiam e a instituição formadora ESES, tendo por objectivo a análise e reflexão com os supervisores, o grupo de estágio e o grupo turma" (pág. 112). Na reunião com os órgãos de gestão da ESE, foi assinalado que as "UC de PRP, confere ao curso uma educação virada para a mudança, despertando os alunos para o contexto que os espera no futuro. Esta componente torna-se assim uma das mais *fortes* do curso".

De salientar igualmente que, no 4º ano do curso existe uma UC denominada "Projecto de Investigação (PIN)" a qual se constitui como uma componente de apoio metodológico ao projecto, sendo simultaneamente trabalhado na UC de PRP. No ano terminal do curso, existe também uma unidade curricular organizada sob a forma de seminário - o Seminário de Apoio às Áreas Científicas (SAAC) e que, entre outras coisas constitui um importante suporte ao trabalho desenvolvido pelos formandos durante o seu estágio" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 113).

Ainda, e no que respeita à organização da Estrutura Curricular do Curso do Ensino básico – 1º ciclo não obstante existir uma visão geral favorável, verificam-se alguns desfasamentos traduzidos em excesso de défice de carga horária em disciplinas específicas ou mesmo ausência de conteúdos considerados imprescindíveis pelos docentes e discentes. Inquirindo os diferentes intervenientes no que respeita à adequação do plano de estudos aos objectivos do curso, docentes e formandos consideram-na maioritariamente "razoável" (mais de 60%). Simultaneamente constata-se uma apreciação maioritariamente "razoável" em termos da "adequação da carga horária das diferentes disciplinas" e "articulação entre as disciplinas do curso".

Quanto à "articulação entre as disciplinas do curso" é perspectivada maioritariamente como "razoável" (54.4%).

Atendendo à metodologia da concepção curricular, a reestruturação inicia-se, na ESES, na sequência da alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo. "No caso da Escola Superior de Educação de Setúbal, a transição de cursos de bacharelato para licenciatura constitui uma oportunidade para repensar e recriar o projecto da formação de professores e, neste caso concreto, o curso de professores do 1º Ciclo do Ensino Básico" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 91).

Em termos formais, a reestruturação curricular inicia-se na escola em questão, através da constituição de um grupo de trabalho nomeado pelo Conselho Científico. Este grupo é constituído pela Coordenadora do curso e dois docentes do mesmo que têm como intenção dinamizar o processo de reflexão. O grupo, produziu alguns documentos que apontavam para

a criação de um currículo estabelecido em torno de competências profissionais gerais e específicas e estabeleceu a identificação de novas temáticas. Após compilação e análise das várias sugestões e recomendações que foram sendo ajustadas à medida que a discussão se ia instaurando, foi elaborada uma segunda proposta de reestruturação curricular, tendo esta sido apresentada aos dois órgãos da escola com competências na aprovação dos cursos, Conselho Científico e Conselho Pedagógico.

De acordo com o Relatório de Auto-Avaliação, o processo de reorganização curricular teve em conta uma discussão que envolveu os múltiplos intervenientes da Escola. De salientar que desde a entrada do curso em funcionamento, ele passou por duas reestruturações curriculares, nomeadamente em 1993 e 1995. No respeitante à adequação do curso aos objectivos previstos ela apresenta-se globalmente positiva (já tratado no ponto 5.1.1. nos *objectivos do curso*), e é corroborada pelos diferentes agentes inquiridos (professores, alunos e ex-alunos) através do questionário previsto neste processo.

Porém, uma das críticas sempre presente nas várias reuniões ocorridas aquando da visita da SubComissão foi a necessidade de uma nova reestruturação curricular, não obstante uma visão geral favorável quanto a aspectos relativos à *realização do curso*, a título de exemplo, métodos de ensino e aprendizagem. Verificaram-se também de acordo com as visitas da Subcomissão algumas vulnerabilidades na comunicação entre docentes e discentes, nomeadamente no que respeita à avaliação e articulação em algumas unidades curriculares.

É no entanto de salientar o esforço desenvolvido pelos docentes na tentativa de encontrar soluções para superar algumas deficiências, nomeadamente: “escrita espontânea de alguns alunos”.

5.3.2. Realização do curso e sucesso educativo

No ponto anterior foram mencionadas orientações sobre a organização curricular do curso de Licenciatura em Ensino Básico – 1º ciclo. Vejamos agora, os pontos chave da sua realização.

O projecto de formação concebido pela ESES, para o curso em questão, emerge de um conjunto de competências, que enformam as unidades curriculares (UC) que por sua vez lhes dão expressão.

O curso encontra-se organizado em torno dessas unidades curriculares, que são tanto de carácter obrigatório quanto facultativo, conforme consta do plano de estudos. De salientar a grande variedade de UC de opção, entre as quais se encontram algumas especialmente direccionadas para os professores do 1º ciclo, tal como a Língua Estrangeira no 1º ciclo (Francês ou Inglês). Estas UC têm as seguintes características: articulam aulas teóricas e práticas, aulas teóricas diferenciadas das aulas práticas, incluem um estágio, organizadas em torno de um Projecto ou como um Seminário (por exemplo, Projecto de Investigação ou Seminário de Apoio às Áreas Científicas).

“Há que ter ainda em atenção a importância da UC de Prática e Reflexão Pedagógica para a apropriação das competências profissionais era necessário contemplar um sistema de precedências relativamente a esta unidade curricular” (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 137).

Na ESES procura-se encontrar momentos específicos para o aluno através de trabalho tutorial com o professor, trabalho a pares e individual. Procura-se que dessas experiências os futuros docentes possam encontrar o caminho do sucesso.

No relativo à *coordenação científica do curso*, a ESES tem no seu conselho Científico, o responsável máximo em termos de coordenação científica e pedagógica dos cursos ministrados na referida instituição. No entanto, no que diz respeito ao desenvolvimento prático, nomeadamente a coordenação educativa, a gestão científica e pedagógica e os estágios, a coordenação do curso de Ensino Básico – 1º ciclo, tem como actual responsável-coordenadora a docente Ana Cristina Sequeira.

De acordo com o Relatório de Auto-Avaliação, “o processo de coordenação do curso não se centra apenas na coordenação das actividades de iniciação à prática profissional, nomeadamente o estágio, é mais abrangente e visa envolver todos os docentes e formandos do curso e professores orientadores da prática pedagógica das instituições que cooperam com a ESES” (pág. 182).

Deste modo, todos os problemas relacionados com o funcionamento do curso, quer sejam pedagógicos, científicos ou organizativos, são maioritariamente resolvidos através da mediação da coordenação de curso.

Aquando da deslocação da Comissão de Avaliação Externa, a Coordenadora do Curso de Ensino Básico – 1º ciclo, manteve-se sempre presente em todas as reuniões havidas e onde era considerada indispensável. Pelos conhecimentos acerca do curso em questão, dos quais, mostrou ser possuidora, é de reconhecer tratar-se de um elemento fundamental para o seu desenvolvimento.

Na *estratégia de realização curricular*, as linhas orientadoras da ESES constituem um referencial para todos os cursos em funcionamento na escola, e assumem-se como filosofia sustentadora da instituição, concebendo o currículo mais enquanto "prática" do que enquanto plano de estudos (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 87).

O curso encontra-se organizado em torno de unidades curriculares, as quais articulam aulas teóricas e práticas, podendo as aulas práticas incluir trabalho laboratorial, experimentação de técnicas materiais, etc. As UC podem ser constituídas por diversos módulos, resultando a coesão na UC dos objectivos que partilham, sendo leccionados por mais do que um docente e podendo as aulas teóricas funcionar em conjunto com outros cursos da área de Educação.

Muitas UC são da responsabilidade de uma equipa docente, embora assumidas por um coordenador responsável pelo programa e pela sua execução. As UC estão associadas a um conjunto de departamentos, entendidos enquanto "estruturas de coordenação e orientação científica, técnica, pedagógica e/ou artística. Cabe a estas estruturas entre outras competências, assegurar a continuidade e qualidade de intervenção do corpo docente nos

planos do ensino, investigação, do desenvolvimento curricular da extensão cultural educativa, técnica e artística e ainda divulgação do saber em cada um dos domínios de actividades da ESE e do ISP" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 50). Os departamentos da ESES, são em número de 9, conforme já referenciado.

No que respeita às UC que incluem um estágio, cabe realçar que se estabelece um protocolo de estágio entre a ESES e a Escola Cooperante. No ano em curso, os estágios envolveram 127 estagiários, 31 instituições de estágio e 66 orientadores.

Quanto às UC organizadas em torno de um Projecto, o seu desenvolvimento conta com o apoio dado por um docente, o qual pode assumir uma forma mais interveniente (como acontece no 1º ano) no âmbito do Tronco Comum, com o tutor do projecto interdisciplinar, ou como acontece com o orientador do projecto de investigação, que tem lugar no 4º ano do curso.

A UC de Prática e Reflexão Pedagógica é tida como detendo grande importância para a apropriação das competências profissionais dos alunos, pelo que estão sujeitas a um sistema de precedências. Estão também sujeitas ao regime de precedência as UC que contemplam conteúdos interligados pelos diferentes anos do curso. "No âmbito da disciplina de PRP II, III e IV os docentes organizaram um instrumento que permite ao formando auto-avaliar-se relativamente a um conjunto de competências que deve desenvolver no estágio. Este instrumento é também utilizado pelo professor orientador e pelo supervisor permitir posteriormente uma discussão alargada sobre o desempenho do formando" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 150)

Os docentes dispõem de um tempo para atendimento individual aos formandos.

No curso pretende-se que exista equilíbrio entre a parte teórica e a prática. Os alunos consideram como maioritariamente razoável a "qualificação da articulação das componentes teórica e prática" (66%).

Metodologias de acção pedagógica/Modalidades de leccionação, tendo em conta a diversidade e a natureza das componentes disciplinares do curso, parece constatar-se também uma correspondente diversificação de estratégias de ensino por parte dos docentes. No apoio a estas metodologias de acção pedagógica, os intervenientes socorrem-se de diversos meios informáticos, audio-visuais, laboratoriais, equipamentos didácticos, recursos documentais – cuja existência e acessibilidade é avaliada positivamente por docentes e alunos.

Fazendo ainda referência às metodologias de acção pedagógica, estas regem-se basicamente pelos seguintes princípios:

- participação dos formandos na implementação do projecto de formação;
- produção do saber e não apenas "consumo";
- auto-formação, em termos individuais e de grupo;
- cooperação e interacção entre formandos e entre formandos e formadores;
- inclusão da pesquisa e da investigação;
- alternância entre a formação e o trabalho" (Relatório de Auto-Avaliação, págs. 137, 138).

Merecem ainda destaque, em sentido claramente positivo, a opinião que os alunos tecem relativamente ao corpo docente do curso, designadamente nas vertentes de apoio aos alunos (53.8% razoável, 32.5% elevado) assiduidade (65.2% razoável, 10.9% elevada), exigência dos professores (61.9% razoável, 30.6% elevado), acesso a recursos bibliográficos (48.1% nível 3 e 46.9% nível 4).

A "adequação do regime de frequência praticado na Escola" (65.6% razoável, 6.3% elevada) e a "adequação do regime de avaliação utilizado" é visualizada, pelos docentes e alunos, como globalmente positiva (aproximadamente 75% e 71.9% e 73.2%). Como também verificamos a partir do Relatório de Auto-Avaliação.

O Relatório de Auto-Avaliação e respectivo anexo discriminam, em relação a cada UC do curso, o respectivo programa, onde constam as linhas orientadoras, os objectivos, os conteúdos, a metodologia, o regime de frequência e avaliação, e a bibliografia respectiva. O *regime de frequência e avaliação* das disciplinas do curso é obrigatório, numa exigência de frequência que pode variar entre 70% a 80% de presenças obrigatórias. Esta exigência, no que respeita aos trabalhadores-estudantes e segundo dados do (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 140) "é analisada caso a caso flexibilizando-se o que é possível".

O modelo de avaliação do Curso de Licenciatura em Ensino Básico - 1º ciclo da ESES de Setúbal perspectiva a avaliação como um elemento integrante e regulador das aprendizagens realizadas pelos formandos. "O curso assume como aspecto central do seu projecto de formação a explicitação dos critérios de avaliação e a sua divulgação junto dos formandos" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 147). Os docentes dispõem de um tempo para atendimento individual aos formandos.

Os programas são fornecidos aos formandos no início de cada semestre de acordo com o Regulamento de Avaliação e Frequência (artº. 7). Muitos docentes distribuem posteriormente documentos orientadores da avaliação que constituem explicitações do programa ou clarificação de procedimentos da avaliação disponíveis no "dossier de disciplina" ou fazem-no nas primeiras aulas (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 147).

As provas de avaliação poderão assumir tipologias diversas: trabalhos individuais e/ou de grupo, teste e exames (1ª época, época de recurso, época especial). A avaliação contínua é extremamente preponderante, e porque contínua, terá sempre em conta a assiduidade e participação nas aulas. No que diz respeito à opinião de professores e alunos sobre o regime de avaliação os questionários dizem-nos que para os primeiros (60,9%) e para os segundos (59,4%) é adequado. No regime de frequência os alunos fazem a sua apreciação (65,6%) também adequada.

Como já referimos, o regime de frequência das disciplinas do curso de Ensino Básico – 1º ciclo é o obrigatório, numa exigência de frequência que pode variar entre os 70% e os 80%.

No entanto, "os alunos que transitarem de ano com disciplinas do curso anterior em atraso, nestas disciplinas, não são abrangidos pela obrigatoriedade de frequência" (Regulamento de Frequência e Avaliação, artº. 4º, nº5).

Existem também disciplinas que estão sujeitas ao regime de precedências. São elas: “Prática e Reflexão Pedagógica” (2º ano), “Prática e Reflexão Pedagógica” (3º ano), “Desenvolvimento e contextos educativos” (3º ano), “Educação física e artística” (3º ano), “Prática e Reflexão Pedagógica” (4º ano).

O sucesso educativo pode ser analisado através da classificação final dos alunos. Em 2001/2002, a classificação final de 31 alunos recaiu numa média de 15 valores, seguindo-se, em termos decrescentes de peso relativo, a média de 16 (29.0%), 14 (12.9%) e 13 valores (3.2%).

O sucesso também pode ser melhor compreendido através do número de anos de inscrição até à conclusão.

A consideração dos alunos aprovados, reprovados e dos abandonos por disciplina, no ano de 2001/2002, leva a ter presente que, em todas as disciplinas do curso, a aprovação está maioritariamente associada à avaliação contínua. A aprovação dos alunos, em exame, evidencia uma taxa inferior a 20%, exceptuando-se as seguintes disciplinas: "Desenvolvimento e Contextos Educativos" (41.3%) e "História dos Meios de Comunicação Social" (33,3%). No respeitante à taxa de reprovação ela é nula na grande parte das disciplinas. A taxa de abandono é também globalmente reduzida.

No ano lectivo de 2001/2002, o número de alunos com o estatuto de trabalhador estudante, do 1º ao 4º ano curricular é respectivamente de 36.4%, 36.4%, 22.7% e 4.5%.

Quantos aos *apoios relativos à acção social escolar*, eles são assegurados aos alunos da ESES nas condições estabelecidas para o ensino superior público. No ano lectivo de 2001/2002 o número de alunos abrangido pela acção social foi de 228 (não é referenciado no relatório o número de alunos do curso abrangidos por este apoio).

O Instituto Politécnico de Setúbal (instituição onde se integra a ESES), no que concerne a apoios concedidos a estudantes, dispõe de 198 camas disponíveis em residência de estudantes, dispõe de serviço de aconselhamento psicológico - consultas de Psicoterapia e Aconselhamento Psicológico e ainda no domínio da alimentação - refeição completa. Estes serviços têm preços para bolseiros e não bolseiros.

Os alunos no que respeita a "adequação do apoio no âmbito dos serviços de acção social" revelam alguma incidência de respostas menos favoráveis, de acordo com os dados disponíveis no relatório de Auto-Avaliação.

5.3.3. Difusão, imagem social do curso e inserção profissional dos diplomados

Os indicadores de procura e ingresso dos alunos relativamente ao curso em avaliação situam-se em níveis que podem considerar-se bons, muito embora, essa procura tenha vindo a sofrer um declínio, no período compreendido entre 1999 e 2002: o número de candidatos de 1223 passa para 894 e no ano lectivo de 2001/2002 é de 712.

As classificações aferidas de mínima e média de ingresso na 1ª fase foram respectivamente 112,5 e 158,3.

Também um outro aspecto extremamente importante para o curso é o facto da ESES não dispor oficialmente de nenhuma estrutura interna de observação e acompanhamento na inserção dos diplomados no mercado de trabalho. No entanto, tem procurado obter dados relativos à adequação do curso através de testemunhos desses mesmos diplomados “procurando dar resposta a solicitações concretas de apoio” (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 200). Neste sentido, foram desenvolvidos diferentes projectos para acompanhamento do primeiro ano de trabalho dos diplomados da escola, com um duplo objectivo: “por um lado apoiar a sua inserção na vida activa e por outro lado constituir um dispositivo de recolha de informação sobre os resultados do curso” (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 200).

Esta preocupação assumiu um carácter mais sistemático com o apoio da medida 2 do Sistema de Incentivo à Qualidade da Educação do Instituto de Inovação Educacional em 1997 com o projecto – “Primeiro Ano de Profissão, Contextos de Trabalho e Formação Inicial. Que relações? – um estudo exploratório no 1º ciclo do Ensino Básico”, realizado na ESE de Setúbal. Este estudo deu a conhecer um conjunto de dificuldades com que se debatem os jovens diplomados. “A ESES sensível a este problema, reorganizou o currículo do curso de Licenciatura em Ensino Básico – 1º ciclo iniciado em 98/99 e recomendou o denominado “Ano de transição”, destinado a permitir a licenciatura aos formandos que foram terminando o bacharelato.” (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 200)

Este estudo contribuiu ainda para a discussão no âmbito do projecto “Apoio à Inserção Profissional dos Professores em início de carreira” criado pela ARIPESE e no qual a ESE tem participado activamente desde o seu início em 1997/1998. No âmbito do projecto referido organizou-se um programa de formação contínua na modalidade de oficina de formação. Esta oficina denominada “gerir o choque com a realidade” decorre desde 1998/1999 e no ano lectivo de 2001/2002 envolveu 20 professores, formados pela ESES nos primeiros dois anos de trabalho. São objectivos desta oficina: 1) promover o desenvolvimento profissional dos professores em início de carreira; 2) reflectir sobre a prática pedagógica; 3) desenvolver competências nos domínios da investigação-acção.

A ESES tem norteado a sua actuação no projecto de “Apoio à inserção Profissional dos Professores em início de carreira” com base em três linhas orientadoras:

- “ - Colaborar na criação de uma rede de apoio à inserção profissional;
- Focar o projecto nos professores em início de carreira que leccionam o 1º ciclo do Ensino Básico;
- Contemplar, de forma articulada, as vertentes da formação e da investigação, ao longo do desenvolvimento do projecto” (Relatório, pág. 201).

Os diplomados são profissionais empenhados, mas atendendo à mobilidade e à falta de estabilidade da profissão não é fácil fazer um acompanhamento sistemático.

Estes dados são apoiados pelas respostas ao inquérito. A actividade profissional actual de 86,8% dos diplomados é como professores do 1º ciclo, estando 79,2% colocados em instituições públicas dependentes do Ministério de Educação. A maioria (61,3%) está no Quadro Distrital de vinculação ou no Quadro de Zona Pedagógica e só 9,4% são efectivos.

Quanto ao ritmo de obtenção de emprego, podemos dizer que a inserção profissional dos diplomados da ESES tem concretizado expectativas. Segundo dados obtidos através do questionário a ex-alunos, verifica-se que o "momento do início da actividade profissional" é razoável, uma vez que para 68.9% dos diplomados se iniciou cerca de 6 meses após o fim do curso e para 6.6% se iniciou entre 6 a 12 meses após o fim do curso. De realçar que, 12.3% dos diplomados já tinham dado lugar ao início da sua actividade profissional antes ou durante a conclusão do curso.

De salientar que a actividade profissional principal (actual) corresponde ao exercício da profissão de "professor do 1º ciclo" e o tipo de instituição ao qual os diplomados estão associados são os estabelecimentos do Ministério de Educação.

O tipo de vínculo contratual recai em 61.3% das respostas no "QDV/QZP", em 21.7% das respostas no "contratado" e 9.4% no "efectivo".

Existem alguns aspectos preocupantes que têm a ver com o facto do "número de anos até colocação num Quadro Distrital de Vinculação" estar compreendido entre 2-5 anos (cerca de 33%), e a "colocação num lugar de quadro (efectivo)" não se concretizar em 85.8% dos casos reportados pelos inquiridos. A acrescer a esta situação, o "número de anos até colocação num lugar de Quadro" está associado a uma grande incerteza, traduzido pelo número elevado de diplomados que não responde à questão (94.3%).

Na adequação ao exercício profissional, os diplomados, quando inquiridos sobre o "grau de satisfação com o curso", respondem genericamente de forma positiva. Muitos deles quando estabelecendo comparação com a evolução da satisfação com o curso relativamente às expectativas iniciais ela manteve-se (52.8%) ou aumentou (34%).

O curso de Licenciatura em Ensino Básico – 1º ciclo não tem uma estratégia definida de preenchimento das suas vagas, sendo grande o número de candidatos que ocorre às vagas abertas" (Relatório de Auto-Avaliação, pág. 191).

No entanto, como é óbvio, existem formas de informação oficiais nomeadamente a cargo do próprio Ministério de Educação. Também a ESES apesar do que atrás ficou dito faz alguma divulgação, concretamente:

- Desdobráveis,
- Publicação anual de uma brochura contendo todos os cursos em funcionamento nesse ano (para cada curso a brochura inclui a informação necessária);
- Eventos – destaca-se a organização do "Dia Aberto" – ou seja, um dia destinado à divulgação da instituição e dos seus cursos , junto das escolas secundárias do Distrito;
- Fórum Estudante na Expo Região – evento promovido pela Associação Empresarial da Região de Setúbal (AERSET)-;
- Expo- Língua;
- "Site" na Internet da ESES;
- Jornais, revistas e rádio.

Em suma, no respeitante à imagem social dos diplomados, o grau de empregabilidade existente constitui um indicador que nos leva a aferir como positiva a imagem social dos

diplomados. No entanto, seria importante a existência de um inquérito às entidades empregadoras no sentido de se perspectivar mais claramente esta questão.

5.4. Cultura ambiental de qualidade

O Relatório de Auto-Avaliação deixa expresso que a ESES, como estabelecimento do Ensino Superior, tem como missão enveredar por uma formação inicial e contínua de qualidade, desenvolver acções profissionalizantes e de investigação ao mesmo tempo que visa estabelecer a articulação entre a Escola e a Comunidade.

Na prossecução da sua missão, a consciência de que a Escola é um organismo em mudança, faz com que o desejo de qualidade se oriente para o desenvolvimento profissional e de qualificação dos professores, traduzido num número significativo de mestrandos e doutorandos, (quadro 3.11 do Relatório de Auto-Avaliação, pág.64). É de salientar que no quadro referenciado, fica patente alguma capacidade da instituição em proporcionar estímulos face ao desenvolvimento académico e profissional dos professores, assim como satisfação dos professores face ao trabalho que desenvolvem.

No que se reporta aos alunos, também se tende a verificar algumas dimensões reveladoras da eficácia organizativa da ESES. Existe um grau significativo de satisfação educativa e académica dos estudantes assim como oportunidades de desenvolvimento de carreira proporcionadas pela Escola e algum desenvolvimento ocupacional. O acompanhamento dado pelos docentes tem contribuído para reforçar estas componentes. Também, os alunos e ex-alunos, em questionário e em “Hora Aberta”, expressaram que a Escola lhes tinha proporcionado a possibilidade de desenvolvimento pessoal, em termos sociais, emocionais e culturais.

Quanto à articulação entre a Escola e a Comunidade, existem algumas debilidades no carácter de sistema aberto e interacção com a comunidade, embora se tenha vindo a perspectivar o reforço de parcerias. A Escola é um sistema social que se deve enquadrar o mais possível num contexto mais amplo e em constante interacção com o mesmo.

O ambiente da Escola, quer a nível formal quer informal, tende a ser visualizado como agradável, uma vez que as relações de trabalho e de convívio entre docentes, alunos e funcionários são boas. Todos tendem a respeitar a cultura da instituição.

6. Conclusões

6.1. Considerações gerais

Procedemos, em seguida, à análise global do curso do Ensino Básico - 1º Ciclo da ESES, centrando-a em seis pontos fulcrais:

1. *Apreciação do Relatório de Auto-Avaliação.* O Relatório de Auto-Avaliação constitui um documento que manifesta um elevado grau de empenhamento na sua elaboração. Verificaram-

se, no entanto, algumas abordagens menos concretizadas, relativamente à caracterização do curso e à sua simultaneidade com o processo de análise crítica resultantes eventualmente de opção metodológica utilizada. Porém, no que se reporta à análise SWOT, onde se detectam os aspectos fortes, fracos, ameaças e oportunidades, existe um bom esforço de identificação e de síntese, o que facultou o trabalho da Comissão de Avaliação Externa.

2. *Curso e sua organização.* A Licenciatura em Ensino Básico – 1º ciclo, surge recentemente (1998), o que por si só remete para a assumpção de um caminho a percorrer. Porém, o facto de previamente existir o mesmo curso, com o grau de Bacharelato, constitui uma base sólida de sustentação, bem como as várias reflexões, nomeadamente a de 1993 e 1995, pelas quais o referido curso passou. O Plano Curricular do curso apresenta-se globalmente bem estruturado, sentindo-se no entanto, a necessidade de alguma reorganização, nomeadamente no que diz respeito à Prática Pedagógica e alterações pontuais nas disciplinas.

A boa receptividade de docentes e alunos relativamente ao curso e sua organização associa-se a uma classificação global de funcionamento positiva. No que respeita aos alunos, eles revelam um positivo grau de satisfação com o curso, tendo esse mesmo grau de satisfação evoluído positivamente. Também os diplomados, quando inquiridos, revelaram que o curso contribuiu maioritariamente de forma razoável e elevada para a sua formação científica, profissional e pessoal.

3. *Recursos Humanos e materiais.* O pessoal docente evidencia níveis adequados de formação e maioritariamente encontra-se disponível para a qualificação académica e profissional. Há ainda a acrescentar que a maioria dos docentes se encontra em regime de dedicação exclusiva, indicador, mais uma vez, da disponibilidade em relação à instituição e ao curso em particular. Contudo, o envolvimento dos docentes em mais trabalho investigacional e em relação à comunidade seria mais profícuo, no sentido de dinamizar de forma mais incisiva áreas como a pesquisa e a partilha do saber.

O pessoal não docente é alvo de uma apreciação positiva, partilhada por docentes e alunos.

A nível dos espaços, existe o reconhecimento das valências arquitectónicas do edifício da ESES, embora também se reconheça que estando dimensionado para 500 alunos e recepcionando mais de 1000, existam inegáveis problemas advindos da sobrelotação que até ao momento têm vindo a ser solucionados de forma pontual, sendo difícil, nesta matéria, visualizar alterações significativas a médio prazo. No que se relaciona com os equipamentos, a situação é boa. Verificando-se que tem vindo a ser feito um esforço salutar e muito apreciável em vários domínios, entre os quais se destaca o informático.

4. *Difusão e imagem social do curso.* A licenciatura em Ensino Básico - 1º Ciclo está associada a preocupações científicas e pedagógicas, o que só por si contribui para uma boa perspectiva social do curso. Também em termos de recrutamento de alunos, quer ao nível de locais de estágio, estes objectivos têm sido globalmente conseguidos. A procura tem mantido ao longo dos anos, índices de adesão satisfatórios. A importância e imagem social do

curso no contexto local da escola, tomando por base o depoimento de vários intervenientes locais, são marcadamente positivas, não obstante o facto de se continuar a insistir num maior conhecimento e divulgação do curso junto das diversas instituições, bem como a projecção da imagem da ESES para o exterior e divulgação do trabalho desenvolvido pela mesma.

5. *Resultados.* Os resultados do curso são positivos, se atendermos quer ao número de candidatos à matrícula, à informação relativa ao sucesso dos alunos nas diferentes disciplinas, à classificação final de curso, e ainda ao facto da grande maioria dos diplomados estar empregada. Contudo, embora não decorra das especificidades do curso, existe um conjuntura no Ensino Secundário que leva a que os recém diplomados detenham contratos de trabalho não estáveis, o que constitui um factor de incerteza para o futuro.

Ainda no que diz respeito aos diplomados a ESES procurou desde 1997/1998 até 2001/2002 manter-se sempre envolvida em projectos de inserção dos diplomados na vida activa, criando com outras entidades envolvidas o “Ano de transição”, participando também no projecto “Apoio à Inserção Profissional dos Professores em início de carreira”.

6. *A Escola e as questões da qualidade e do ambiente de trabalho.* Na Escola existe um bom relacionamento entre os diferentes elementos que a constituem, ou seja, entre docentes, alunos e funcionários, assim como entre estes e as estruturas de direcção e gestão da escola.

O aspecto impecavelmente limpo, arranjado e preservado dos espaços, quer do edifício, quer dos espaços envolventes (como “contraponto” às limitações já referidas) são dignos de realçar. Esta envolvência é mais um contributo para o ambiente vivido na ESE de Setúbal.

A qualidade do trabalho dos docentes fica expressa quer pelas habilitações académicas que têm, quer pela formação que fazem, quer ainda no envolvimento na escola em projectos investigacionais. Este trabalho de qualidade é reconhecido, em questionário, pelos alunos. Foi também perceptível a existência de uma atitude de procura de melhoria da qualidade e de disponibilidade para a resolução de problemas por parte dos responsáveis pelas estruturas orgânicas da escola e do curso.

6.2. Pontos fortes

Da apreciação global feita ao curso de Ensino Básico - 1º Ciclo da ESES, e do contexto organizacional em que este decorre, identificam-se, de seguida, aquelas dimensões (cujas sequências não assume qualquer ordem de prioridade) que a Comissão de Avaliação Externa entende serem de destacar, enquanto pontos que, pelo seu realce em termos positivos, devem ser tidos em conta, não só na sua preservação, mas, se possível, no seu reforço.

Os pontos fortes identificados são:

- o elevado grau de empenhamento na elaboração do Relatório de Auto-Avaliação, tendo ainda em linha de conta uma síntese conclusiva, apresentada em análise SWOT;

- a existência de um corpo docente estável (com vários anos de serviço na Escola e em regime de dedicação exclusiva, indicador da disponibilidade em relação à Instituição e ao curso em particular), diversificado nas suas competências e imbuído do espírito e filosofia da Escola.
- a disponibilidade do corpo docente para investir na sua qualificação académica através da procura e da frequência de formação pós-graduada (Mestrados e Doutoramentos) e o reconhecimento do respectivo apoio institucional.
- o ambiente relacional vigente na escola, traduzido na existência de boas relações entre os vários intervenientes: alunos, professores, pessoal não docente e órgãos de direcção e gestão.
- a apreciação positiva que os alunos tecem relativamente ao corpo docente, em termos de relação pessoal, competência pedagógica e científica, apoio e disponibilidade.
- a procura de articulação do curso de Ensino Básico – 1º ciclo com o contexto local, na tentativa de contribuir para o desenvolvimento comunitário da área geográfica em que a escola se insere.
- a manutenção de índices elevados na procura do curso, designadamente, através de candidatos que elegem este curso da ESES com 1ª opção.
- o esforço desenvolvido pelos docentes na tentativa de encontrar soluções para superar as dificuldades.
- a valorização desta área de formação da ESES, com o aumento da sua oferta de formação a outros profissionais, designadamente através do “curso de especialização para outras funções educativas” e do “curso de complementos de formação” para professores e educadores.
- o equilíbrio existente entre a componente teórica e prática do curso, assim como existência de valorização da sua componente prática, fundamentalmente associada ao estágio (docentes e alunos partilham uma opinião comum relativamente a este aspecto, como pode ser identificado no questionário);
- o valor patrimonial, educativo e de imagem do edifício (ESES) respeitado por toda a população escolar;
- a apreciação positiva dos alunos, face à importância da maioria das disciplinas para a formação pessoal, profissional e científica;
- a existência de sucesso educativo, atendendo a que a média final de curso é boa.
- a procura em resolver o problema da inserção dos diplomados, envolvendo-se com outras instituições em projectos como “Ano de transição” e “Apoio à Inserção Profissional dos Professores em início de carreira”.
- a contribuição positiva do curso para a formação pessoal, científica e profissional dos diplomados, facto que deixa pressupor um bom grau de adequação entre o curso e o mercado de trabalho;
- a articulação entre os vários órgãos institucionais reflecte um ambiente de coesão que surge naturalmente como um elemento facilitador de qualidade.

- sentido de identidade institucional reflectido por todos os elementos afectos ao Curso em torno da valorização da sua Escola.

6.3. Pontos fracos

Independentemente da identificação de aspectos positivos, existem situações menos conseguidas e que devem merecer alguma reflexão no sentido de poderem ser introduzidas alterações, que possam contribuir para uma melhor qualificação da formação do professor de Ensino Básico – 1º ciclo diplomado pela ESES. Destacamos os seguintes:

- as limitações advindas da estrutura física do edifício (onde funciona a ESES), fundamentalmente as que se associam à dificuldade de trabalho de alunos e docentes.
- a existência de um número ainda reduzido de doutorados na Escola.
- a existência de um número elevado de docentes em formação que poderá levar a prejuízos na leccionação.
- a necessidade de um maior desenvolvimento da vertente investigativa orientada para o meio envolvente (instituições escolares e não escolares, nacionais e estrangeiras).
- a insuficiente divulgação das actividades da ESES no seu meio envolvente.